

A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular

Resenha da obra de Verônica Gago

Naína Ariana Souza Tumelero¹

Javier Ignacio Vernal²

A obra “A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular”, objeto desta resenha, foi publicada em 2018 pela editora Elefante, com tradução de Igor Peres. O título original, em espanhol, “La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular”, foi publicado em 2014 na Argentina. Verônica Gago, sua autora, nasceu em 1976 naquele país, é Doutora em Ciências Sociais e professora da Universidade de Buenos Aires (UBA), da Universidade de San Martín (Unsam) e pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

O contexto da obra é a economia informal e os bairros periféricos de Buenos Aires, marcados pela presença de imigrantes bolivianos, em que, a partir dos estudos de suas dinâmicas, a autora debate o enraizamento do neoliberalismo nas subjetividades populares e sua persistência na América Latina.

A pesquisa se situa, portanto, em uma ensablagem concreta que vincula a feira La Salada, em Buenos Aires, com a oficina têxtil clandestina e a *villa* (vocábulo original, que se refere a um conjunto de moradias precárias em espaços pouco urbanizados, o que no Brasil se denominaria favela). Na *villa* a população migrante se renova permanentemente, lugar de produção de uma multiplicidade de situações trabalhistas que vão da autoempresarialidade à pequena empresa, passando pelo trabalho doméstico, comunitário, informal e precário. A feira articula o trabalho da oficina têxtil, assim como a possibilidade de comércios varejistas e de importações em pequena escala.

¹ Mestra em Direito. Advogada. Doutoranda pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: naina.tumelero@gmail.com

² Doutor em Filosofia pela UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. E-mail: jivernal@gmail.com

No contexto da América Latina, adverte Gago (2018), o neoliberalismo é um regime de existência social e uma forma de autoridade política instalada pelas ditaduras³. Regime este consolidado nas décadas posteriores às grandes reformas estruturais, de acordo com a lógica de ajustes das políticas globais e diante do massacre estatal e paraestatal da insurgência popular e armada.

Neste mesmo sentido corroboram Dardot e Laval (2016) ao afirmar que essas novas formas políticas (neoliberais) exigem uma mudança muito maior que a simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. O que quer dizer, para Gago (2018), que uma maior intervenção do estado na economia não necessariamente se opõe ao neoliberalismo. Isto porque as políticas neoliberais alteram radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as regras de funcionamento do próprio capitalismo, revelando uma subordinação a certo tipo de racionalidade política social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Por isso a autora (GAGO, 2018) propõe pensar nos termos de Foucault (2007) a forma em que a “governamentalidade” é entendida, como a “arte de governar”, isto é, um conjunto de saberes, tecnologias e práticas que desenvolvem um novo tipo de racionalidade, que não pode ser pensada apenas como impulsionada “de cima pra baixo”.

Igualmente, de acordo com Dardot e Laval (2016) a concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas menores necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais. Por isso, o sujeito neoliberal em constante atualização é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo, que se revelam como uma condição nova de subjetividade que afetaria a própria economia psíquica.

Esta nova subjetividade do sujeito neoliberal é central para a compreensão do “neoliberalismo desde baixo”, termo cunhado nesta obra pela autora (GAGO, 2018), que ajuda a compreender a forma como o sistema redefiniu-se a partir dos territórios onde se originaram as revoltas antineoliberais da virada do século. Ou seja, não mais um neoliberalismo apenas desde cima, mas infiltrado nestas subjetividades.

³ Certamente o Chile foi o primeiro país a colocá-lo em prática a partir do golpe de Estado perpetrado pelo ditador Augusto Pinochet.

Deste modo, por “neoliberalismo de baixo pra cima” a autora (GAGO, 2018) compreende um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo, e que se transformam diante de condições onde se operam uma rede de práticas e saberes que passam a assumir o cálculo como matriz subjetiva primordial. Da forma que tudo, a partir daí, se restringe ao calculável.

A razão neoliberal explicaria como a articulação entre os “governos progressistas”, os movimentos sociais e a financeirização da vida popular formou uma paisagem em que a produção de direitos e a inclusão social se realiza por meio da mediação financeira e do consumo (GAGO, 2018).

A arquitetura discursiva necessária para compreender o neoliberalismo exclusivamente de baixo para cima depende da desconstrução de três ideias principais, aprofundadas na obra. Quais sejam: 1) Que o neoliberalismo consiste apenas em um conjunto de macro políticas desenhadas por centros imperialistas; 2) que ele é uma racionalidade que compete apenas a grandes atores políticos e econômicos; 3) que sua “superação” depende basicamente de políticas macro estatais conduzidas por atores de mesmo porte.

Assim, a quebra dessa visão do neoliberalismo em termos “macro” faz com que seja possível analisar o fenômeno enquanto racionalidade e assim passa a fazer sentido essa construção do argumento que troca o lugar da origem, não mais desde cima, mas de baixo. Isto porque, nesta ordem, o novo sujeito passa a ser visto como proprietário de “capital humano”, que precisa ser acumulado por escolhas baseadas em um cálculo responsável de custos e benefícios. De modo que a própria distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é entendida apenas como consequência de percursos, bem-sucedidos ou não, de realização pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Deste ponto, a autora (GAGO, 2018) segue desenvolvendo a leitura de Foucault a partir de Marx e estabelece que as subjetividades sempre terão relação com práticas, com estruturas (que são práticas articuladas), e com discursos que são sempre dimensões da prática, uma premissa fundamental na obra.

Por isso, a autora considera que a articulação entre neoliberalismo e subjetividades populares implica repensar conceitos como “território”, “valor” e “economia”, certamente mais apropriados para compreender a dinâmica complexa que alcança o âmbito político.

Assim, surge a necessidade de se encontrar e desenvolver um vocabulário político que, mesmo nessa imanência, não deixe de considerar as contradições e ambivalências do contexto. Outras categorias além da “subjetividade neoliberal” partem dessa necessidade, como o que vem a ser chamado de “território *abigarrado*”, de “lógicas barrocas” e de “pragmática popular”.

O território *abigarrado* das cidades, termo cunhado por René Zavaleta Mercado, utilizado para definir a sociedade boliviana, remete às características que não se misturam para formar uma terceira, convivendo de modo conflituoso, com trocas, sem nunca se juntar completamente. A análise das práticas destes territórios possibilita pensar uma dinâmica transindividual de forças produtivas, que transbordam o esquema neoliberal e antecipam possibilidades além das estatais.

Aqui ganham destaque as “lógicas barrocas”, estudadas pela autora como as dinâmicas expressivas de uma atualidade social-política-econômica que recupera memórias de longo prazo, ao mesmo tempo que se mostra flexível para fazer cidade, negócios, política, e desenvolvem uma disputa pela própria lógica de progresso. Deste modo, as economias barrocas são um tipo de articulação de economias que misturam lógicas e racionalidades geralmente vistas como incompatíveis pelas teorias econômicas e políticas. Elas são a trama material analisada por Gago (2018) em certas economias populares, como é o caso de La Salada, que obrigam a reclassificação do que é chamado de “forças produtivas nas metrópoles latino-americanas”.

Então, a pragmática popular objetiva contrapor-se como modo político à moralização das classes populares, que em suas versões diversas - solidária, vitimista, criminalizante ou judicializadora - propõe-se a enfrentar o dinamismo informal e plebeu. Mesmo que a força da comunidade na construção da infraestrutura urbana pós-estatal seja notória, o “comum” como espaço que extrapola o binarismo entre público e privado converte-se também em terreno dinâmico de lutas e conflitos.

O barroco latino-americano, conforme coloca a autora (GAGO, 2018), se mantém como conjunto de modos de fazer, pensar, perceber, lutar, trabalhar, supondo a sobreposição de termos não reconciliados e em permanente recriação. Dentro disso podemos compreender que a própria força da comunidade é, nos termos de Gros (2018) uma forma de “desobedecer”. Porquanto, conforme o autor, a insurreição, na forma da dissidência cívica, ou

seja, do sujeito político que se descobre em estado de desobedecer, não se decide. Essa dissidência se apodera de um coletivo quando a capacidade de desobedecer juntos volta a ser sensível, quando a experiência do intolerável se adensa até se tornar uma evidência social (GROS, 2018).

Considera-se, assim, que a análise proposta por Gago (2018) em sua obra é fundamental para entender a guinada à direita na América do Sul e o modo como se articulam, como diz a autora, o neodesenvolvimentismo e neoextrativismo, relançando a acumulação de capital por meio da inserção subordinada dos nossos países no mercado global.

REFERÊNCIA

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Trad. Igor Peres. 372 p. São Paulo: Elefante, 2018.

Referências complementares

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar- 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Recebido: 21/10/2019

Aceito: 19/06/2020

Publicado: outubro de 2020.